

## A PRIMEIRA ANOTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU

A biografia de Fernão de Oliveira — o que nem sempre sucede relativamente às personagens literárias ou científicas do século XVI — pôde ser reconstituída quase integralmente, graças à documentação existente. Essa documentação, constituída por processos inquisitoriais, cartas, alistamentos, informações coevas sobre essa desconcertante figura de aventureiro e de letrado, encontra-se compilada na biografia parcialmente desemaranhada por Henrique Lopes de Mendonça <sup>(1)</sup>.

Não obstante, há lacunas e espaços duvidosos — coisa inevitável numa vida tão acidentada, cheia de imprevistos, aventuras e desditas.

Fernão de Oliveira foi filho do juiz de órfãos de Pedrógão, Heitor de Oliveira, e nasceu provavelmente em Aveiro, em 1507. Morreu cerca de 1580 ou 1581. Foi, no entanto, na Beira que decorreu a sua infância, conforme ele próprio testemunha no capítulo XLVII da Gramática: «Contudo, sendo eu moço

---

<sup>(1)</sup> Henrique Lopes de Mendonça, *O Padre Fernão de Oliveira e a sua obra nautica — Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito «Livro da Fabrica das Naos»*, Lisboa, Academia das Ciências, 1898.

pequeno, fui criado em S. Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assim pronunciava, segundo o que aprendera na Beira.»

De qualquer modo, aos treze anos de idade entrou como noviço no Convento dos Dominicanos de Évora—os quais seriam mais tarde seus implacáveis perseguidores. Aí, foi discípulo de André de Resende, que muitos anos depois viria também testemunhar contra o frade desfradado e talvez herege.

É, contudo, só em 1532, já homem, que abandona o convento e se refugia em Espanha. Terá sido durante essa estada nesse país que deu início à redacção da sua Gramática? Galindo, editor da *Gramática de la lengua Castellana* de Antonio de Nebrija, faz essa dedução, mas o argumento apresentado não é, a meu ver, suficientemente probante. Diz ele que Fernão de Oliveira, citando Nebrija a propósito das letras latinas pelo seu modo de falar em tal passo e também quando alude aos que não se lembram da sua terra a que muito devem, faz pensar que escreveu a sua obra achando-se em Espanha e talvez em Toledo<sup>(2)</sup>. Interpretando, porém, outro passo da obra de Fernão de Oliveira, torna-se-me evidente, pelo contrário, que a Gramática foi redigida em Lisboa, onde viria a ser publicada, em Janeiro de 1536. Diz Fernão de Oliveira: «Ainda, porém, que *nesta cidade* houve ou cuidou que haja e viva uma mulher que se chamava Cataroz.» (capítulo XLIV)<sup>(3)</sup>. Aqui, o autor exemplifica uma excepção da língua portuguesa, donde se torna evidente que *esta cidade* é em Portugal.

Secularizado por Paulo III, o egresso da Ordem dos Pregadores dedica-se então a leccionar jovens fidalgos, filhos e filhas de alguns senhores principais desta terra, entre os quais D. Antão de Almada (filho de D. Fernando de Almada, por sugestão do qual publicará a Gramática), os filhos do barão do Alvito e os de João de Barros. Nesta época parece ter gozado de uma certa estabilidade, a qual nunca mais reencontraria.

---

(2) *Gramática de la lengua castellana de António de Nebrija*, ed. cit., p. 25, n.

(3) Sublinhado nosso.



Por volta de 1540 ou 1541 parte para Itália, talvez em serviço secreto de D. João III, na complicada questão que este rei manteve com a Santa Sé, a propósito dos cristãos-novos. Talvez em virtude do carácter secreto desses serviços o seu nome não apareça mencionado na documentação relativa a esse assunto.

Regressa a Portugal em 1543, acompanhando o núncio Lippomani e, em Lisboa, abandonado pelos amigos, criando inimizades e conflitos, pelo seu temperamento irrequieto e arrebatado, mal visto pelos dominicanos, onnipotentes no Santo Ofício, atravessa dois anos de penúria.

Em 1545, com o nome de Capitão Martinho, alista-se a bordo de uma nau francesa, sob o comando de Saint-Blancard, na frota de Antoine Escalin, barão de La Garde. Vem, porém, ter a Londres, e frequenta a corte de Henrique VIII. A dissidência do rei inglês em relação a Roma parece quadrar-se com as opiniões pessoais de Fernão de Oliveira, que então denuncia certos aspectos do ritual e do conceituário católico. Morto Henrique VIII, volta a Portugal, e, talvez duvidoso do acolhimento que o esperava, faz-se acompanhar, em 1547, de uma carta credencial para D. João III, passada pelo jovem rei Eduardo. Não obstante, logo nesse ano é denunciado e preso pela Inquisição. Tendências religiosas consideradas heréticas? Apologia audaciosa da atitude dissidente de Henrique VIII? Ressentimento dos dominicanos? O certo é que Fernão de Oliveira é preso por tempo indeterminado, cumpre a pena durante três anos, findos os quais, por motivos de saúde, é transferido para o Mosteiro de Belém, em reclusão. Um ano depois é-lhe concedida liberdade condicionada.

Em 1552, parte para o Norte de África, na qualidade de capelão, e, feito prisioneiro, vem a Lisboa para negociar o resgate de outros cativos e fica em Portugal.

As suas desventuras, prosseguiriam: em 1554 é denunciado como cismático por um falso amigo. Consegue, no entanto, durante uns meses ser nomeado revisor na Universidade de Coimbra, onde ensina Retórica. Volta ao cárcere, de 1555 a 1557. O seu rasto torna-se agora mais incerto e duvidoso. Em 1565 sabe-se que «lia casos de consciência» na

escola dos espatários em Palmela e recebia uma tença de D. Sebastião.

Ora, da pluralidade de vivências de que a sua biografia dá conta, resulta uma pluralidade e uma diversidade notável de práticas de escrita. Historiador, arquitecto naval, estratega e até economista, ele foi se não gramático (título que não reivindica, aliás) o primeiro anotador da Língua Portuguesa, isto é, o primeiro que, assumindo um dos rasgos caracterizadores do Humanista, se debruça e reflecte sobre o fenómeno linguístico.

A Gramática de Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico; em suma, uma miscelânea linguística e cultural embora não, propriamente, uma Gramática, no sentido técnico de estudo sistemático das categorias gramaticais, segundo o esquema tradicional transmitido pelos gramáticos latinos, o que, de facto, só será feito, cerca de quatro anos mais tarde por João de Barros. O que de modo algum significa um demérito para a obra de Fernão de Oliveira: ela apresenta-se como ele lhe chama, de facto, como uma e primeira anotação. Desarrumada mas sempre pertinente e até brilhante nos problemas que levanta e nas soluções críticas que sugere ou preconiza.

Inicia-se por uma parte preambular (ausente da gramática tipicamente escolar do seu sucessor), em que define a linguagem («A linguagem é figura do entendimento») e expende considerações, apoiado na autoridade dos filósofos antigos, sobre a formação das línguas. Seguem-se algumas páginas sobre «o modo de falar dos Portugueses» e a formação do reino. Só depois de se referir à origem dos nomes de Lisboa, Lusitânia, Portugal, de fazer um breve resumo da história dos primeiros reinados, de tomar como exemplo a perdurabilidade da glória romana, devido à imposição da língua aos vencidos, se propõe definir gramática. Refere-se em seguida ao papel de D. Dinis e de D. João III no desenvolvimento da instrução e segue um pormenorizado estudo da pronúncia, articulação e grafia dos sons portugueses, a parte talvez mais original da sua obra.



De facto, a primeira questão prática, ainda antes de qualquer doutrinação, foi o estabelecimento ou, se assim quisermos, a fixação de um alfabeto proveniente da translação duma língua de diferente estrutura para outra, isto é, proveniente do latim e aplicável ao português. Mais do que estabelecimento ou fixação, podemos considerar que se trata, mesmo, da expansão ou criação dum alfabeto, questão complexa, na qual intervém a pressão envolvente da tipografia que, em poucas dezenas de anos se impõe como uma força irreversível.

Com efeito, essa «arte (que) vem novamente à terra», segundo a expressão de Fernão de Oliveira é qualquer coisa que os homens desta época pressentem como um instrumento novo que vai proporcionar-lhes uma força até então insuspeitada, perante a qual a primeira reacção é quase a dum temor reverente. Significativo o testemunho de certo modo ingénuo de Garcia de Resende, na imediatez dum primeiro encontro, que inclui a tipografia entre as maravilhas ou «monstros» do seu tempo.

Aprendiz de feiticeiro, o humanista está, de certo modo, ultrapassado e subjugado por uma técnica que avançou talvez a um ritmo imprevisível e incontrollável. Efectivamente, numerosas vezes os autores se queixam da intervenção desfigurante do tipógrafo — ou dos tipógrafos, já que a técnica de impressão exigia, geralmente a intervenção de dois. O impressor é, portanto, aquele que detém a técnica e, com ela, o poder de ditar a lei ortográfica. E a ortografia submete-se, de algum modo, a uma tecnocracia dominadora e imparável. A anarquia ortográfica do escrivão, sujeito à sua imaginação e até a projectos e iniciativas individuais, por vezes caprichosas e discordantes ou mesmo dependentes da fantasia ornamental e simbólica do espírito medieval, sucede a supremacia da vaga tipográfica avassaladora e tão capaz de recusar propostas como de impor costumes. Sempre, porém, no sentido duma regularização.

Pelo contrário, no livro manuscrito medieval, em que *tudo* significa e no qual até a forma gráfica contribui para a fixação do sentido, em que a uma caligrafia regular e per-

feitíssima (mas correspondente à marca do seu criador) corresponde uma ortografia oscilante, que caracteriza as diversas escolhas pessoais e ocasionais que cada copista faz do instrumento alfabético de que dispõe, podemos dizer que a ortografia é «anárquica» ainda que significativa. A tal «anarquia» irá pôr cobro essa «coisa tam digna», no dizer de Garcia de Resende, a técnica da «letra de forma».

A consciência do problema ortográfico e a aceleração das soluções, imposta pela vaga tipográfica, é, assim, assumida como um primeiro impacto tecnológico. Tem que ver com o problema da ortoépica e este com o estabelecimento da norma linguística. E é essa nova tecnologia, transformada num *mass-medium*, que vai, por um lado, produzir a consciência necessária para homogeneização — centralizadora — da língua escrita e oral, e, por outro lado, criar as condições e oferecer o aparelho para esse fim. É fácil de entrever, a partir de tais premissas, as relações possíveis e necessárias entre uma fenomenologia marcadamente etnocêntrica e uma ordem política e nacional. A tecnologia gutembergiana vai, de facto, criar uma trama de conceitos sociológicos segundo os quais se busca, a partir dos finais do século XV, fixar ou imobilizar, segundo um padrão determinado, modelo talvez arbitrário, a realidade linguística, na posse, durante a Idade Média, do homem oral e do escriba: vai operar, por conseguinte, a metamorfose do oral no visual, do pluralismo medieval no singularismo homogêneo e normalizado duma cultura e dum programa tecnológicos.

Assistimos, pois, à passagem duma técnica dactilológica com tudo o que implica de «pessoalidade» para uma técnica mecânica com tudo o que vai implicar de impessoalidade, regularidade e normalização.

Parece-nos, pois, significativo que, Fernão de Oliveira mantendo-se de certo modo alheio à problemática do Renascimento, a qual incidia sobretudo, nas partes da Gramática, partes do discurso, e figuras de Retórica, tenha retido do plano sistemático da arte gramatical apenas um ponto: a *Ortografia*. Aí, Fernão de Oliveira quis e soube fazer doutrina. E começa por propor um alfabeto, isto é, um instru-



mento virtual de produção linguística, capaz de corresponder a uma *práxis* e retratar o *real*.

Eis, portanto, o problema mais delicado e difícil no qual vão entrar em jogo conceitos por vezes contraditórios e colocar os ortografistas na difícil convergência de duas vias: a via descritiva ou fonética, correspondendo a um modo de ver sócio-antropológico, e a via «histórica» ou etimológica, correspondendo a um modo de ver histórico. Estabelece-se, portanto, uma nova tensão que opõe a descrição à história, em suma, a visão sincrónica à visão diacrónica. Gera-se um novo paradoxo também, visto que esses mesmos homens que parecem recusar a via «etimológica» serão aqueles mesmos que darão abertura à gramática e até ao comparativismo linguístico.

Fernão de Oliveira, e poucos anos depois João de Barros terão encontrado como meta a capacidade de representar por escrito a fala *sem falha*, isto é, analisando o que consideram um alfabeto pobre, o alfabeto latino, de escassas 23 letras, entendem que só uma ampliação poderá fazê-lo corresponder à diversidade das nossas «dicções».

Rejeitam, pois, o princípio de uma autoridade imobilística e assumem as estruturas de mudança que o reconhecimento e dignificação do vulgar postulariam. Pela primeira vez, o latim é chamado, pelo irreverente Fernão de Oliveira, uma *língua morta*, na qual não é lícito pôr nem tirar.

Com efeito, ao tentarem reduzir as línguas modernas aos esquemas gramaticais da herança clássica, os gramáticos do Renascimento deparam com dificuldades resultantes das diferenças que lentamente iam detectando entre o sistema fonológico latino e o sistema fonológico de cada uma das línguas românicas. Para estas era, pois, necessário encontrar novos símbolos e representações gráficas que correspondessem e pudessem representar o novo sistema.

Sucede, pois, que a doutrina de Quintiliano, Escauro, Vélío Longo, Varrão, Prisciano, Donato, Diomedes, só dificilmente poderia ser abandonada e jamais sujeita a audaciosa revisão: revisão que conduziu a adaptações e também a inovações.

No que diz respeito aos gramáticos portugueses do Renas-

cimento — Fernão de Oliveira e João de Barros —, a influência dos Italianos, pioneiros da gramática moderna nascente, parece indiscutível. E, contudo, nem no primeiro nem no segundo essa influência se manifestou ditatorialmente.

Quanto a Fernão de Oliveira, a sua obra, singularmente original, apresenta, como já vimos, uma indisciplina de plano, uma ocasionalidade de reflexões, que lhe retiram a feição de uma gramática no sentido técnico do termo. Talvez por essa mesma feição, liberta de esquemas sistemáticos, a sua doutrina ortográfica se encontre inserida na «definição das letras», a qual formava, na planificação gramatical tradicional, um capítulo à parte.

Nesses capítulos (do capítulo IX e ao capítulo XVII), o autor passa em revista todos os sons — cuja noção se confunde com a de letra —, definindo o seu *espírito*, *força* e *figura*. No capítulo XII, notamos uma tentativa para fazer corresponder o valor fonético de cada letra à palavra que o define: *l=lambe*; *f=fecha*; *m=muge*; *z=zine*; etc. Artifício lúcido de fins pedagógicos? Ou, pelo contrário, adesão ao inquietante princípio cratiliano que postula a motivação da língua e da escrita?

Ora, os Italianos haviam enfileirado no que pode considerar-se o partido inovador, tendendo para aproximar a grafia o mais possível da fonética da língua (ortografia fonética); os Franceses, com algumas excepções, e também Nebrija, embora não de forma decisiva, inclinam-se mais para a grafia etimológica, como sinal de latinidade.

Claudio Tolomei <sup>(4)</sup>, insistindo, embora, numa reforma, hesita em aceitar os novos signos para a notação das vogais abertas e fechadas propostas na gramática toscana anónima de 1494. Trissino, por seu lado, em 1524 <sup>(5)</sup>, adopta os caracteres gregos  $\epsilon$  e  $\omega$  para a notação das vogais abertas (respectivamente *e* e *o*), considerando que os acentos não se prestam para diferenciar a abertura e o fechamento vocálicos. Tolomei,

<sup>(4)</sup> *Versi e regole della nuova poesia toscana*, Roma, 1539.

<sup>(5)</sup> Gian Giorgio Trissino, na *Carta a Clemente VII*, expõe as suas ideias sobre a necessária reforma ortográfica da língua toscana.



por seu turno, preferia o emprego das maiúsculas para a representação das vogais abertas. Essa preferência, de resto, embora não adoptada por Fernão de Oliveira, parece reflectir-se na designação de *grande* e *pequeno*, respectivamente para a vogal aberta e fechada.

Parenteticamente, aliás, note-se que, enquanto entre os Italianos se estabelece uma controvérsia, retomada, como se verá, pelos gramáticos portugueses, a diferenciação entre *e* aberto e *e* fechado nunca foi referida pelos Franceses (à excepção de Meigret e de Peletier). Nebrija tampouco se lhe refere, devido, obviamente, às características prosódicas da língua castelhana.

Daqui se torna visível que os gramáticos italianos e franceses consideraram, de acordo com o sistema fonológico das línguas respectivas, o problema da abertura e do fechamento apenas para o caso de *e* e de *o*. É, por conseguinte, de notar que Fernão de Oliveira e João de Barros ao contrário (um pouco mais tarde) do etimologista, em busca das origens, Duarte Nunes de Leão, em 1606<sup>(6)</sup> se refiram ao caso de *a* aberto e fechado, um dos rasgos, como sabemos, da especificidade da prosódia portuguesa.

Ora, enquanto João de Barros, na sua Gramática, publicada em 1540, parece acusar uma influência italiana, ao propor as designações de *grande* e de *pequeno* (respectivamente aberto e fechado) e uma influência francesa, aproximando-se da solução de Jacques Peletier<sup>(7)</sup>, utilizando, portanto, os diacríticos, Fernão de Oliveira, pelo contrário, mantém-se mais próximo da doutrina italiana, inclinando-se para a introdução das três vogais gregas, a fim de diferenciar os timbres aberto/fechado.

Verificamos, efectivamente, uma conformidade entre as designações de *grande* *pequeno* e uma disparidade entre a representação gráfica preconizada por cada um dos ortogra-

---

<sup>(6)</sup> *Origem da lingua portuguesa*, Pedro Craesbeck, Lisboa, 1606; 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, 1784; 3.<sup>a</sup> ed. por José Pedro Machado, Lisboa, 1945; 4.<sup>a</sup> ed. por Maria Leonor Carvalhão Buescu, IN-CM, Lisboa, 1983.

<sup>(7)</sup> *Dialogue de l'ortographe*, Paris, 1515.

fistas. A designação corresponde à posição mais generalizada entre os Italianos, enquanto a representação gráfica aproxima Fernão de Oliveira da posição de Salviati para o caso de *o* e da de Trissino para o de *e*.

A distinção do timbre vocálico, aberto e fechado, de tão relevante valor na língua portuguesa é claramente apercebido por Fernão de Oliveira e pelos seus pares. Torna-se, pois, para ele indispensável uma *sinalização* que possa fazer distinguir na escrita, sobretudo quando a escrita, segundo ele próprio diz, consente que aprendam «os que vierem e também os ausentes», sobretudo porque, como diz, «somos bem apartados em tempos e terras» <sup>(8)</sup>.

Fixar a língua, fixando a escrita, tornando-a, pois, capaz de transpor «tempos e terras» é o objectivo de Fernão de Oliveira, para quem «mais vale que ensinemos a Guiné do que sejamos ensinados de Roma». Tornar eficaz a ortografia, como instrumento de legibilidade, é a sua maior pugna cultural. E assim se delineia, cristalizado no irreverente e arrebatado Fernão de Oliveira, o perfil mental do homem do Renascimento: a curiosidade presencialista, por um lado, em relação ao mundo circundante, a par de um majestático sentimento de veneração pelo legado cultural dos Antigos, por via dos Romanos, sem que isso jamais signifique aceitação passiva e acrítica. Essa majestade, com efeito, parece ser a marca ou traço distintivo da *latinitas* aos olhos dos Humanistas de Quinhentos. Para ela apelam numerosas vezes, como exemplaridade do discurso e da acção, sem que, todavia, os valores novos, modernos, românicos, em suma, não deixem de estar presentes e constituir o grande motivo da euforia renascentista.

---

<sup>(8)</sup> Note-se o valor testemunhal destas considerações que apontam claramente para a situação plurilinguística do século XVI, no encontro das civilizações quer asiáticas, quer ameríndias, quer africanas, e no desafio de inteligibilidade que esse encontro coloca. A resposta consistirá na dialéctica ensino/aprendizagem patente espectacularmente nas múltiplas *cartinhas*, *abecedários* e *catecismos* bilingues que surgem impressos e, sobretudo, em circulação manuscrita.



Assim, se a *auctoritas*, a *urbanitas*, a *vetustas*, constituem três factores de possível fixidez e imobilismo, os seus *correlata*, o *usus*, a *rusticitas* e a *modernitas* são, pelo contrário, factores de mutação. Eis, portanto, a trama interna duma dinâmica que vai entrar em jogo na constituição da norma. Dinâmica axiológica que Fernão de Oliveira, num discurso que consideramos espectacular pelo lúcido criticismo, define: «(...) desses vocábulos *novos* tomemos os mais *velhos* (...). (...) com serem mais velhos, sejam também mais *usados* e o uso deles seja *aprovado* por aqueles que mais sabem».

A «aprovação dos que mais sabem» é, pois, para Fernão de Oliveira, um dos princípios que garantem a *auctoritas*. E também para João de Barros, cujo conceito de gramática, enquanto «arte», resulta do «módo certo e justo (...) colheito do uso e *autoridade* dos barões doutos», numa linguagem que, afinal, coincide com a de Fernão de Oliveira, este num discurso mais pitoresco e arrebatado:

«Gramática (...) é resguardo e anotação desse costume e uso, tomada depois que os homens souberam falar, e não lei posta que os tire da *boa liberdade*, quando é bem regida e *ordenada por seu saber*, nem é divindade mandada do céu que nos possa de novo ensinar o que já temos e é nosso, não embargando que é mais divino quem melhor entende. E, assim, é verdade que a arte nos pode ensinar a falar melhor, ainda que não de novo: ensina aos que não sabiam e aos que sabiam ajuda».

É, pois, a harmonia entre *auctoritas* e *usus*, em estável equilíbrio, que vai ser a primeira geradora da norma. Mas a *auctoritas* depende também do modelo analógico do latim. É a conformidade com o latim, tantas vezes invocada no discurso de João de Barros e, mais reticentemente, no de Oliveira, que constitui, com o assentimento «dos que mais sabem», a garantia da legitimidade do uso. E também a autoridade dos poetas (*lato-sensu*) e daqueles que, através dos «estudos liberais», escrevendo, traduzindo, ilustravam o verbo informe das línguas a princípio incultas. Assim, diz ainda Fernão de Oliveira, «são os melhores da língua (...) que mais leram e

viveram (...) sisudos e assentados», os garantes de autoridade e fixação.

Ora, para além da autoridade dos poetas e antes da imposição do uso, existe outra autoridade: a da erudição. Fernão de Oliveira refere-se por duas vezes ao Padre Mestre Baltasar, da Ordem do Carmo, «cujá língua eu não tenho em pouco entre os Portugueses», e a João de Barros. Assim substitui, como detentores da autoridade, Quintiliano e Varrão, senhores da língua latina, na qual, como língua morta e ferida de fixidez, «depois que os Latinos acabaram, não temos nós, que não somos Latinos, licença de pôr nem tirar, nem mudar nada (...)». Licença que concede, em relação à língua portuguesa, àqueles que têm «habilidade e saber»: toda a inovação, em princípio legítima, quando «o houvermos mister, seja conforme à melodia da nossa língua e seja entregue não a qualquer pessoa, mas àqueles de cujo saber e vontades nos poderemos fiar com razão (...)». Estabelece-se, pois, um equilíbrio entre autoridade e liberdade.

Equilíbrio ou tensão criativa, através da qual os humanistas procuram erigir uma entidade que, seja qual for o nome que tiver, corresponderá, assim cremos, ao conceito moderno de norma.

Se, com efeito, e julgamos que sem dificuldade, esse conceito emerge da doutrina destes gramáticos e se eles claramente aperceberam o conceito de língua como sistema de equilíbrios e coerências, parece-nos também claro que a esse outro problema, a existência ou aspiração a uma norma-padrão, foram igualmente sensíveis: segundo um discurso evidentemente diferente do discurso moderno mas, talvez, dotado duma total ou, pelo menos, grande eficácia. O *uso* proteico, portador duma multiplicidade de nomes, aparece como uma espécie de intermediário entre a Língua e a Fala e identifica-se, assim julgamos (uma vez sancionado pela *auctoritas*), com uma «antecipação» do que vai ser a norma. A oscilação terminológica dos doutrinadores corresponde a uma indefinição conceptual mas, por outro lado, leva a identificar aquilo que nos «*usos*» permite eleger um e erigi-lo ao estatuto de norma, sobrepondo-se ou ganhando terreno sobre os demais.



Assim, a norma é, para Fernão de Oliveira, «unidade de língua», «própria de nosso tempo e terra», a «mais acostuada»; ela é *certa lei, orelha, melodia, harmonia, música, costume*. A «orelha julga a linguagem e música e é censor d'ambas e, como ôs consintir um dia, ficam perpetuamente». Mas é, também, «vontade do povo».

É, pois, a «orelha» e a «vontade do povo» que vão produzir a «unidade de língua» e essa é «boa linguagem», «bom costume», «bom uso». Eis que se estabelece uma ordem normativa proveniente dum juízo de valor que, se depende, em princípio, da *auctoritas*, deriva também dum conceito de *urbanitas* a que, no contexto da Europa renascentista, corresponde o *uso áulico* ou, para os italianos, nomeadamente para Bembo, a *lingua cortigiana*.

Se, no caso dos italianos, existe, como referimos, uma tensão entre os vários «usos» e uma dificuldade em encontrar, a partir da «eleição» entre diferentes modos de falar, a norma, como estatuto linguístico unificador, no caso dos gramáticos portugueses do século XVI parece, pelo contrário, estabelecer-se uma tendência capaz de eliminar a tensão entre o uso áulico e o uso regional correspondente ao conceito designado, no discurso latino, por *rusticitas*, a qual «alguns indoutos desprezam», mas que não pode também confundir-se com fala de cortesãos.

Assim, numa postura sincrónica, os dois doutrinadores portugueses apercebem-se da dialectação, ainda que atenuada, de Entre Douro e Minho, Beira e Alentejo; mais ainda, da «nova» dialectação que vai produzir o que chamam «fála de negros»: e assim se entrecruzam agora e se definem os conceitos que designámos por *vetustas* e *modernitas*. Se a fala de Entre Douro e Minho é sinal de antiguidade, que constantemente aparece como marca de prestígio, para João de Barros, e por isso entra, na hierarquia conceptual, numa ordem venerável, a «fála de negros» que irá desenvolver-se espectacularmente na criação dos crioulos e das variantes transcontinentais da Língua Portuguesa, é uma marca da modernidade, tão imediata que constitui parte da experiência testemunhal dos observadores. E essa modernidade

entra também na teia complexa de princípios em tensão mas em equilíbrio, da qual vai surgir o tecido da norma que o *tempo*, entidade legitimadora do ilegítimo, consagra: «será coisa trabalhosa serem lógico éstas novas figuras recebidas [...] mas o tempo às fará tão próprias como sam as outras de que o usamos», dirá João de Barros.

Equilíbrio, portanto, entre a *rusticitas* e a *urbanitas*, entre a *vetustas* e a *modernitas*. E assim se constitui, em última análise, uma visão que, de sincrónica, se assume como visão diacrónica do fenómeno da linguagem: abertura singular em direcção a uma Gramática Histórica que não chega, todavia, a erigir-se como área de reflexão, mas se limita a uma verificação imposta pela própria evidência. É que, de facto, ao descrever a norma, dum ponto de vista sincrónico, os doutrinadores não perdem de vista a dinâmica da evolução linguística, que leva a que as «orelhas não consintam a música e vozes fora do seu tempo e costume».

Assim, sujeita ao *tempo*, mais ainda, ao tempo dos homens, a norma emerge como resultante do adquirido equilíbrio entre forças contrastantes ou, até, da superação de contradições. Ultrapassada a oscilação e fragmentaridade, é assumida a face perturbadora e em constante mobilidade de um real que é, afinal a marca do humano. É assumida, em última análise, a empresa e divisa *Humani nihil a me alienum puto*: Nada do que é humano me é alheio.

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Amado — «Examen de las noticias de Nebrija sobre la antigua pronunciación española», in *Nueva Rev. de Filología Hispánica*, III, México, 1949.
- ASENSIO, Eugenio — *Prólogo da Comédia Eufrosina de Jorge Ferreira de Vasconcellos*, t. I, Madrid, 1951.
- ASENSIO, Eugenio — «La Lengua compañera del Imperio», in *Rev. Filol. Esp.*, XLIII, 1960.
- BARROS, João de — *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja*, 1.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Luís Rodrigues, 1539; 2.<sup>a</sup> ed., in *Compilaçam...*, Lisboa, 1785; 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Faculdade de Letras, 1971, *Gramática da Língua Portuguesa, seguida de Diálogo em*



- louvor da nossa linguagem*, 1.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Luís Rodrigues, 1540; 2.<sup>a</sup> ed., in *Compilaçam...*, Lisboa, 1785; 3.<sup>a</sup> ed. (só a *Gramática*), de José Pedro Machado, Lisboa, 1957; 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Faculdade de Letras, 1971. Ed. de L. Pereira da Silva (só o *Diálogo*), Coimbra, 1917, e ed. de Luciana Stegagno Picchio, Modena, 1959.
- BARROS, João de — «Grammatices Rudimenta», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1971.
- BATAILLON, Marcel — *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, Coimbra, 1946.
- BOLGAR, R. R. — *The Classical Heritage and its Beneficiaries*, Cambridge University Press, 1973.
- BUCETA, Erasmo — «La tendencia a identificar el español con el latín», in *Homenaje a Menéndez Pidal*, I, Madrid, 1925.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *Textos Pedagógicos e Gramaticais de João de Barros*, Lisboa, Verbo, Coleção Textos Clássicos, 1969.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *João de Barros, Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *Duarte Nunes do Leão*, Lisboa, Clássica, Editora, 1975.
- FIGUEIREDO, António Pereira de — «João de Barros, exemplar da mais sólida eloquência portuguesa», 1781, in *Memória...*, IV, 1793.
- GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de — *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, Lisboa, 1574.
- KEIL — *Grammatici Latini*, I-VIII, 1855-1880.
- KUKENHEIM, L. — *Contribution à l'histoire de la Grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*, Amsterdão, 1932.
- KUKENHEIM, L. — *Esquisse historique de la Linguistique française*, Leida, 1962.
- LAPESA, Rafael — *Historia de la lengua española*, Madrid-Buenos Aires-Cádiz, 1950.
- LEÃO, Duarte Nunes do — *Orthografia da Língua Portuguesa*, Lisboa, João da Barreira, 1576.
- LEÃO, Duarte Nunes do — *Origem da lingua portuguesa*, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1606.
- LEROY, Maurice — *Les grands courants de la Linguistique Moderne*, Bruxelas-Paris, 1963.
- LOURO, Estanco — *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, Lisboa, s/d.
- MARTINS, José V. de Pina — *O Humanismo em Portugal*, Paris, 1972.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de — *O Padre Fernão de Oliveira e a Sua Obra Náutica — Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito «Livro da Fabrica das Naos»*, Lisboa, Academia das Ciências, 1989.
- MIGLIORINI, Bruno — *Storia della lingua italiana*, Florença 1960.

- NEBRIJA, António de — *Gramática Castellana*, ed. de Galindo Romeo y L. Ortiz Muñoz, Madrid, 1946.
- NETO, Serafim da Silva — *Manual de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1957.
- OLIVEIRA, Fernão de — *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, 1536; 2.<sup>a</sup> ed. pelo visconde de Azevedo e Tito de Noronha, Porto, 1871; 3.<sup>a</sup> ed. por Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa, 1936; 4.<sup>a</sup> ed. por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, 1975.
- PINTO, Américo Cortês — *Da famosa arte da imprimissão*, Lisboa, 1948.
- PINTO, Américo Cortês — «A Gramática e a Cartilha de João de Barros», in *Liceus de Portugal*, Out., 1945.
- PINTO, Rolando Morel — «Gramáticos Portugueses do Renascimento», in *Revista de Letras*, São Paulo, 1961.
- REVAH, I. S. — «João de Barros», in *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Março, 1958.
- RICHÉ, Pierre — *Éducation et Culture dans l'Occident Barbare*, Paris, Le Seuil, 1967.
- RICHÉ, Pierre — *De l'éducation antique à l'éducation chevaleresque*, Paris, Flammarion, 1968.
- SARAIVA, António José — *História da Cultura em Portugal*, I-III, Lisboa, 1950.
- SWIGGERS, Pierre e Serge Vanvolsem — «Les premières Grammaires vernaculaires de l'italien, de l'espagnol et du portugais» in *Histoire, Epistémologie, Langage*, t. 9, fasc. 1, CNRS, Paris, 1987.
- TERRA, José F. da Silva — «L'édition princeps du *Dialogo de preceitos moraes* de João de Barros», in *Bulletin des études portugaises*, N. S. XXXX, 1969.
- TERRACINI, Lore — «Appunti sulla 'coscienza linguistica' nella Spagna del Rinascimento e del secolo d'oro», in *Cultura Neolatina*, XIX, 1959.
- TRABALZA, Ciro — *Storia della Grammatica Italiana*, Bolonha, 1963.
- VASCONCELOS, Frazão de — «Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII», in *Liceus de Portugal*, III, Lisboa, 1932.
- VENDRYES, Joseph — *Le langage — Introduction linguistique à l'histoire*, Paris, Ed. Albin Michel, 1968.
- VIDOS, B. E. — *Manuale de linguistica romana*, Florença, 1959.
- WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U. von — *Storia della Filologia Classica*, Turim, 1967.